

O DISCURSO DAS COMPETÊNCIAS E SUA INSERÇÃO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOCENTE: ANÁLISES PRELIMINARES

João Paulo da Conceição Alves¹
Ronaldo Marcos de Lima Araújo²
Universidade Federal do Pará (UFPA)
jpauloche@bol.com.br
rlima@ufpa.br

Resumo: O presente estudo apresenta como base dados bibliográficos preliminares sobre a questão do **Trabalho docente e o discurso das competências na qualificação profissional**. Analisa a materialidade do discurso das competências na qualificação profissional docente. Realizou-se levantamento bibliográfico, a partir de todo um debate teórico sobre a incorporação do discurso das competências em políticas de formação docente. O discurso das competências, impõe uma perspectiva de formação aligeirada diretamente atrelada às transformações no processo produtivo, afirmando uma formação docente pragmática e utilitarista, portanto precarizada.

Palavras-chaves: trabalho; competências; docentes.

Com o processo de reforma do Estado³ e a reconfiguração produtiva do capital, há toda uma reconfiguração nos padrões produtivos, orquestrada pela reforma do Estado, impondo a formação de um trabalhador com características bem definidas pela logística do capitalismo.

Neste sentido, diante de um novo processo de ressignificação nas relações de trabalho, há a utilização, de pressupostos ligados por exemplo, à polivalência do trabalhador com a substituição de atividades rígidas por outras de base flexível, o que vem, por sua vez, exigir a formação de um trabalhador com capacidades “intelectuais” transfiguradas em competências, unilateralmente voltadas ao atendimento das demandas mercadológicas.

O conceito de competências, preconiza essencialmente a necessidade de construção de uma pedagogia das competências, que parta da incorporação de um conhecimento pragmático e utilitarista nas escolas, incluindo políticas dessa natureza no processo de formação de professores.

Segundo Araújo (2005), o conceito de competências, apresenta na sua base a perspectiva do fazer e, como referência, os resultados. As conceituações e linhas metodológicas da análise da noção de competências definem-se no condutivismo, na abordagem funcional e no construtivismo.

Araújo (2005) e Maués (2009), revelam a presença de uma pedagogia constituída de elementos utilitários e pragmáticos como parte integrante da noção de competências influenciando diretamente na política de formação de professores.

Arrolado a esta base conceitual, emergem o conjunto de políticas públicas como processos que sumariamente reforçam um processo de formação/qualificação docente, inspirado nas transformações no mundo produtivo, e/ou no viés do desenvolvimento econômico do Estado.

O Plano Decenal de Educação para Todos e o *Fórum Permanente pela Valorização do Magistério e Qualidade da Educação*, inspiram-se diretamente no conjunto das movimentações internacionais (como a “*Conferência Mundial sobre Educação para Todos*”⁴ em 1990 e o às “*Analyse des Politiques d’éducation* em 2001”), que em consequência da aproximação da escola ao padrão mercadológico, expressam todo um processo de redefinição curricular, e uma “nova” concepção de escola.

A institucionalização da LDB 9394/96 no seu art. 62, define por exemplo, que a formação docente para atuar na educação básica, se dará em cursos de licenciatura, de graduação plena e institutos superiores de educação. Isso para não citarmos o processo de aligeiramento crescente dessas graduações no seu art. 62 da lei.

Nesse sentido entendemos que de acordo com a exposição desenvolvida acima, as políticas de formação docente estão compreendidas num cenário reducionista, por primarem diretamente pela necessidade do ensino superior e da formação em serviço, seguindo a lógica do mundo produtivo, contagiada de pragmatismo, com aligeirados e modulares momentos de aperfeiçoamento.

Uma política de formação na perspectiva da omnilateralidade, reluz como elemento desafiador e necessário, para a construção de uma política de formação verdadeiramente ampla, permanente e condizente às reais necessidades de qualificação profissional docente.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; TAVARES, Renise Xavier. **As competências pelas Habilidades: Um entendimento não inocente sobre competências.** In: ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; MAUÈS, Olgaíses (orgs.). *A lógica das competências na formação docente.* – Belém: EDUFPA, 2005.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: Senado Federal, 2000.
- CHAVES, Vera Lúcia Jacob. **Política de Gestão e Financiamento das Universidades Federais via Precarização do Trabalho Docente.** In: CHAVES, Vera Lúcia Jacob; JÚNIOR, João dos Reis Silva (orgs.). *Educação Superior no Brasil e Diversidade Regional.* – Belém: EDUFPA, 2008.
- KUENZER, Acácia Zeneida. **Exclusão includente e inclusão excludente: A nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho.** IN: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (orgs.). *Capitalismo, Trabalho e Educação.* Campinas: HISTEDBR, 2005.
- MAUÈS, Olgaíses Cabral. **O papel da escola na construção dos saberes e os limites da noção de competências.** In: FERREIRA, Eliza; OLIVEIRA, Dalila (orgs.). *Crise da escola e políticas educativas.* – Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- _____. **A Formação dos Professores e a Lógica das Competências.** In: ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; MAUÈS, Olgaíses (orgs.). *A lógica das competências na formação docente.* – Belém: EDUFPA, 2005.

(Endnotes)

- 1 ⁱ Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA).
- 2 ⁱⁱ Orientador no curso de Doutorado em Educação do autor mencionado acima.
- 3 ⁱⁱⁱ De acordo com Chaves (2008) o processo de reforma do Estado configura-se como uma reconfiguração social do Estado, diante das transformações mais profundas vivenciadas pelo mundo capitalista a partir da década de 70. Essas reformas tem sido conduzidas por meio de medidas reguladoras destinadas a aumentar a concentração do capital, maximizar os lucros e desonerar o capital. Elementos como a redução de gastos públicos com pessoal e políticas sociais, além da privatização do Estado emergem como fatores preponderantes nesse processo.
- 4 Conferência Mundial sobre Educação para Todos, ver Maués, (2005)